

**E**m mais uma edição da Revista do Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da PUC Goiás, apresentamos um conjunto de questões para reflexão, atuais e importantes para a compreensão da ciência, do desenvolvimento e da soberania do Brasil. Aspectos que se entrelaçam com a globalização das últimas décadas, com a crise da economia mundial e, conseqüentemente, pelas oportunidades de investimento e lucro. Esse processo gerou o desenvolvimento da economia mundial, porém sem resultado correspondente no desenvolvimento social e ambiental do planeta. Pelo contrário, o crescimento econômico vem gerando um impacto negativo na dimensão social, com a concentração de renda e o aumento da exclusão social.

Na dimensão ambiental, o desequilíbrio expressa-se na intensidade de uso dos recursos do planeta, ultrapassando a capacidade da Terra de se autorregenerar. O Centro-Norte, com o bioma Cerrado, o pantanal e a mata tropical, insere-se num contexto em que o processo de ocupação dos cerrados torna irreversível sua autorregeneração.

O processo de ocupação visando o desenvolvimento econômico da região não tem levado em conta as conseqüências ambientais e sociais que impactam desde as pequenas cidades, que se desertificam populacionalmente por falta de opções dignas de sobrevivência, sobretudo para os jovens, até as médias e grandes que sofrem com as pressões do movimento migratório que demanda, nas cidades, cada vez mais moradias, saúde, educação, emprego.

Diante deste cenário, a partir do final da década de 1980, e particularmente durante a década de 1990, ocorre um movimento mundial que propõe um novo posicionamento para o setor privado, ao introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável. Este conceito estabelece que o crescimento econômico, o progresso social e a preservação ambiental são fatores interdependentes e indissociáveis. Eles devem ser vistos com igual importância, pois da mesma maneira que o desenvolvimento econômico não se sustenta sem uma contrapartida ambiental e social, estes dois também não se sustentam sem a contrapartida econômica.

No caso específico do Centro-Oeste, é papel das Universidades apresentar essa discussão visando não somente provocar a consciência dos atores sociais sobre as possibilidades de desenvolvimento, mas também analisar as ameaças que pairam sobre a Região, já que os problemas ambientais atuais são consequências do processo de ocupação dos cerrados, estimulada sobretudo a partir dos anos 1970, na perspectiva exclusiva de se produzir commodities.

Nesse sentido, esta publicação visa atender a uma demanda de discussão de temas transversais e interdisciplinares à procura de respostas da academia e dos setores produtivos interessados no desenvolvimento sustentável e no progresso econômico e social compatíveis com a realidade de nosso país.